

Quando Jorge salva a mocinha: glória a todos os santos!

Anamaria Marcon Venson¹

Resumo: Este texto é um exercício de pensamento sobre o modo como o tráfico de pessoas é dado a saber através de produções midiáticas. Não é minha intenção oferecer uma verdade acabada sobre a questão, mas mostrar que a discussão sobre o tráfico é movida por diferentes interesses, por diversos saberes que se enfrentam numa acirrada disputa.

Todo mundo sabe que novelas são um produto cultural calculado para seduzir a audiência. Quem escreve a novela joga com ideias correntes na cultura para chamar a atenção de quem a assiste. As cenas da teledramaturgia são ficções pensadas a partir de valores constituídos nas relações sociais, são reinvenções da cultura, são recortes culturais cuidadosamente calculados para nos tocar, e – umas menos e outras mais – nos fazer refletir. Esta parece ser a intenção da atual novela em cartaz no horário das 21h, ao abordar o tema do tráfico de mulheres.

Em uma pesquisa anterior,² investiguei a maneira como o tráfico de mulheres para exploração sexual ganhou visibilidade na virada dos séculos XX e XXI. Estudei notícias de jornais do Brasil e da Espanha, em abordagem comparativa, e mostrei como o tráfico de pessoas se tornou alvo de investimentos em um momento de preocupação com as fronteiras nacionais e que foi problematizado como uma questão moral e de polícia.

A maior parte das notícias sobre tráfico veiculadas na mídia brasileira tratava de operações policiais de combate a essa prática. O que se dava a saber do fenômeno era, quase sempre, por intermédio de um delegado e de agentes da polícia federal mostrando seus serviços à sociedade. Ao mesmo tempo, a mídia espanhola deu visibilidade a contextos em que migrantes vítimas de tráfico estariam sendo obrigadas à prostituição. E falou também de deportações. Os jornais multiplicaram explicações sobre como essas mulheres teriam sido vítimas de sua própria tolice, enganadas por homens e também

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH – UFSC). Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH – UFSC).

²VENSON, AnamariaMarcon. **Rotas do desejo: tráfico de mulheres e prostituição como estratégia migratória no El País e na Folha de São Paulo (1997-2007)**. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História Cultural, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

resgatadas por outros homens. As notícias brasileiras tratavam em geral de redes de migração para prostituição que funcionariam muitas vezes por força de engano, e de mulheres que faziam da prostituição uma estratégia migratória tratando-as como oportunistas.

O que aparece nas novelas não poderia ser diferente. Se os jornais jogam com ideias correntes na sociedade para vender sua produção, assim também faz a novela. Ora, é justamente o que é mais arraigado na cultura, e por isso mais rapidamente compreensível, que faz o enredo tão sedutor. Usando personagens carismáticas e cenários fascinantes, a novela não faz uma denúncia escandalosa, mas o contrário: articula noções bem conhecidas e é justamente por isso que sua trama faz tanto efeito. Nada ali é novidade. Que o tráfico de pessoas é um problema grave não é nada muito original. Essa questão foi obstinadamente veiculada pela mídia na última década. Os jornais, que são também vendidos como mercadoria e produzidos para nos convencer a respeito da importância de suas informações, abordaram o tráfico em torno daquela velha armadilha de “vítima enganada” ou “puta oportunista”, que é simplista e não dá conta da complexidade dessas migrações. Muitas pesquisas têm nos mostrado mulheres participando ativamente em processos migratórios na virada dos séculos XX e XXI.³Há também pesquisas apontando que, muitas vezes, as pessoas migram voluntariamente para se inserir no mercado do sexo.⁴

A partir dos apontamentos dessas pesquisas, rejeito a noção de que trabalhadoras do sexo em processos migratórios sejam apenas submissas e passivas, pois reconheço sua subjetividade e agência pessoal, e estou entendendo esses sujeitos como pessoas capazes de fazer escolhas e tomar decisões que levam a transformações conscientes que mudam suas vidas.

³GIL, Carmen Gregorio. Trabajando honestamente en casa de familia: entre ladomesticidad y lahipersexualización. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p.699-716, 2007; PISCITELLI, Adriana. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do "turismo sexual" internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p.717-744, 2007; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p.745-772, 2007; KOSMINSKY, Ethel V.. Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p.773-814, 2007; LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p.815-821, 2007; etc.

⁴KEMPADOO, Kamala; DOEZEMA, Jo (Org.). **Global Sex Workers**.Rights, Resistance, and Redefinition. Nova Iorque e Londres: Routledge, 1998. 294 p.; THORBEBK, Susanne; PATTANAİK, Bandana (Org.).**Transnational prostitution: changing global patterns**. Londres e Nova Iorque: Zed Books, 2002. 237 p.; BLANCHETTE, Thaddeus; SILVA, Ana Paula da."Nossa Senhora da Help": sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. **Cadernos Pagu**. Campinas, v., n. .25, p.249-280, 2005; etc.

Certamente, é mais fácil ganhar audiência e apoio para defender vítimas de traficantes perversos do que desafiar estruturas que violam os direitos de trabalhadoras sexuais. É muito fácil emocionar com a ideia de uma mulher, uma vítima ingênua, forçada, acorrentada a um bordel sendo obrigada a se prostituir. O problema desse discurso fascinante é que ele apaga as ações de mulheres que migram voluntariamente para trabalhar no mercado do sexo, contribui com a ideia de que elas não têm os mesmos direitos de proteção que outras pessoas e justifica muitas injustiças, como os casos de deportação, o rechaço social, certos métodos de investigação policial.

Em outro trabalho,⁵ submeti à análise depoimentos de mulheres implicadas em tráfico e de seus familiares apresentados na PESTRAF (2003), *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil*,⁶ primeiro relatório que mapeou as principais rotas de tráfico no país. Minha intenção era pensar o que estava sendo entendido como “casos de tráfico” naquela data, período em que as políticas de combate a essa prática tomaram fôlego no Brasil. Minha pesquisa apontou que, muitas vezes, a “traficada” era tratada como criminosa: era deportada, mesmo que tivesse voluntariamente decidido viajar para o estrangeiro. Não só era entendida como criminosa na ordem religiosa, moral, da família, mas também na ordem da lei.

Algumas vezes, o discurso de vitimização que constitui essas mulheres e que é, muitas vezes, reinventado por elas mesmas no intuito de se livrar de acusações diversas, acaba sendo cúmplice daquilo que pretende denunciar: a intenção é resgatá-las de certa situação na qual estariam sendo coagidas, mas o efeito parece ser o contrário, pois elas são simplesmente deportadas, mostrando que esse tipo de discurso parece não ajudar tanto assim. Em nome de um certo “humanismo”, de certa urgência humanitária de salvar as “pobres mulheres oprimidas” no mercado do sexo, o discurso vitimista justifica outros tipos de opressão e violência, como nos casos de deportação, por exemplo. Por certo que há casos de tráfico que se fazem através de coação ou força, e

⁵ **Anamaria Marcon Venson**, « Rotas do desejo: tráfico de mulheres e prostituição como estratégia migratória no Brasil e na Espanha na virada dos séculos XX e XXI », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], Debates, posto online no dia 03 Fevereiro 2009, consultado 19 Novembro 2012. URL : <http://nuevomundo.revues.org/52653> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.52653

⁶ LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima (Coord.). **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil** – PESTRAF: Relatório Nacional - Brasil. Brasília: CECRIA, 2003.

que estas relações de poder muitas vezes se constituem através de violência. Mas não podemos perder de vista a diversidade e a complexidade desse universo.

Como historiadora, vejo que é possível estabelecer relações entre a intensa preocupação pela problemática do mercado do sexo transnacional nas viradas dos séculos XIX-XX e XX-XXI, dois momentos marcados pela inquietação em relação à migração. No entanto, é preciso ficar claro que não se trata do mesmo fenômeno, como se a história se fizesse em ciclos, mas de acontecimentos distintos, ainda que se possa elaborar comparações. Assim como as prostitutas foram alvos exemplares de políticas públicas voltadas para a disciplinarização das camadas populares no século XIX e inícios do século XX, migrantes hoje funcionam como o *outro* nas cidades globais. E a situação se complica quando elas se envolvem em atividades sexuais comerciais, pois essas práticas são ainda socialmente associadas a práticas delitivas, mesmo em lugares em que prostituição não é penalizada.

Muitas pesquisas sobre tráfico de pessoas têm sido conduzidas nos últimos anos. O tráfico de mulheres se redefine constantemente a partir de diferentes discursos, datados e carregados de historicidade, que lhe atribuem determinadas características, investe seus atores de atributos morais, explicam-no através de referências sociais e culturais, apontam causas e consequências. Bem, os saberes tentam dar conta dessa variedade de casos e, por vezes, colocam em discurso imprecisões e generalizações sistemáticas sobre o tráfico de pessoas na perspectiva de resolver a questão. Porém, não há mais como tratar o tráfico de pessoas a partir de perspectivas centenárias sobre a prostituição e valendo-se daquele mito das *escravas brancas* inventado no século XIX.

Não encontrei nenhuma pesquisa que negasse que há injustiças no mercado do sexo transnacional. Também nenhuma que mostrasse que é melhor trabalhar como prostituta ou prostituto no Brasil que no exterior. Atentar para eventuais violências que acontecem no curso dessas atividades é uma preocupação real e urgente, mas lutar contra modelos de gênero que imobilizam as mulheres também é. Essa maneira de tratar a questão – ou vítima passiva que deve ser resgatada ou puta infratora que não merece direitos – acaba funcionando como um impeditivo para que mulheres tenham o direito de desejar migrar. Parece que, em nossa época, tem se configurado uma situação em que as mulheres pobres devem ter medo de migrar, de se mover: ou porque correm o risco de serem raptadas por máfias inescrupulosas, ou porque trabalham com prostituição e não recebem o mesmo tratamento que outras pessoas, ou porque podem ser confundidas com prostitutas (temor de muitas mulheres). São artifícios culturais que funcionam

como políticas de contenção migratória, como justificativas para repressão moral e policial à prostituição, e como merchandising social que aumenta a audiência de novelas globais.

Em minha pesquisa atual, estou analisando processos-crime envolvendo tráfico internacional de pessoas para exploração sexual. Tenho lido comentários recentes de funcionários da polícia e de operadores jurídicos tratando a prostituição como imoralidade. De fato, essa perspectiva circula em nossa sociedade. Não é minha função (e muito menos a deles) julgar as vantagens e desvantagens desse entendimento, mas atentar para o fato de que certas pessoas são tratadas como se não tivessem os mesmos direitos que as outras. E isso não é justiça.

Dentro deste modelo explicativo que nos obriga a escolher um dos lados (vítima enganada ou infratora da ordem moral), parece menos pior figurar como vítima. Ainda assim, tenho dúvidas sobre a eficiência dessa estratégia. É curioso pensar que, justo em um momento em que as mulheres migram cada vez mais, esse tipo de discurso de medo e terror se instale entre nós. Há uma diversidade de experiências migratórias femininas que são bem sucedidas, mas elas não têm tanta visibilidade, não nos tocam tanto quanto aquelas cenas de drama e violência.

Uma outra coincidência interessante é que nossas sensibilidades com relação ao tráfico, comumente entendido como uma forma de escravidão, se dá justamente em um momento em que discutimos acaloradamente as injustiças de nosso passado escravista. Parece que dar sentido ao tráfico associando-o a uma forma de escravidão faz sucesso porque funciona como estratégia para que nos sintamos aliviadas e aliviados desse passado terrível, nos absolve, nos distancia dessa vergonha nacional.

Mas há outras vergonhas. É muito mais fácil convencer as pessoas a respeito de violências contra mocinhas ingênuas, jovens e loiras que convencer que uma mulher adulta que se dedica a atividades no mercado sexual tem os mesmos direitos que quaisquer outras pessoas. Se as políticas públicas elaboradas para combater as violências e explorações que acontecem no curso dessas atividades são legítimas e são uma conquista feminista, os estudos que mostram que essas políticas, algumas vezes, funcionam como um dispositivo que imobiliza e estigmatiza as mulheres também são. Ora, mulheres pobres também têm o direito de querer migrar! Putas ou não!

Tenho pesquisado operações policiais de combate ao tráfico de pessoas. Vejo delegados relatando como desbarataram heroicamente uma rede de tráfico sob todas as luzes e câmeras de aeroportos internacionais. Parece que tudo tem um pouco de palco, um

pouco de ficção. Não os fatos em si, mas a maneira como os recortamos e relatamos. Não tenho dúvidas de que haja mesmo casos de tráfico que se fazem por meio de práticas violentas, mas fico incomodada com a maneira como isso é explicado para nós.

Se prestarmos atenção nas falas de pessoas “autorizadas” para dizer as verdades do tráfico de pessoas, como delegados e delegadas, funcionárias do governo e de grandes instituições de promoção dos direitos humanos, operadoras e operadores jurídicos, podemos notar uma reincidência explicativa do fenômeno. Essas pessoas nos fornecem cifras das quantidades de dinheiro envolvido nesse crime, estatísticas, causas e consequências precisas, e se repetem umas às outras, se invocam, se reforçam, e quase nunca apresentam as fontes de tais informações. Ao mesmo tempo, nos dizem que não há pesquisas suficientes sobre o assunto, que poucos casos chegam à Justiça, que o combate ainda não é eficiente, que precisamos de mais dados, que as denúncias são raras. Não duvido das intenções humanitárias dessas pessoas, mas me sinto intrigada com o fato de que esses discursos têm muito mais visibilidade que os discursos produzidos pelos movimentos organizados de profissionais do sexo, que têm também legitimidade para pensar a questão e que apontam entendimentos um tanto diferentes das elaborações “oficiais”.

As ideias sobre o tráfico de pessoas que circulam em nossa sociedade são elaboradas em função de certos objetivos, são atravessadas por um cálculo. A discussão sobre o tráfico é movida por diferentes interesses, como por exemplo o lobby feminista, os direitos humanos, países que recebem migrantes preocupados com as fronteiras nacionais, preocupações com o crime organizado. Então, aquilo que se entende como tráfico de pessoas não é resultado da escolha ou da decisão de um sujeito individual ou de um grupo. Não é sozinha que a editoria de um jornal, ou um grupo de funcionárias do governo, ou quem seja, decide vitimizar ou criminalizar as envolvidas em redes de tráfico ou mesmo definem quem elas são. Desse modo, a editoria tem em mira notícias que vendam o jornal, a novela precisa de audiência, os governos têm em mira uma resposta a cobranças da sociedade e às relações internacionais, operadoras dos direitos humanos pretendem diminuir as violências que acontecem no curso do tráfico, valendo-se, algumas vezes, de distorções discursivas conscientes para atingir seus objetivos.

Essas articulações, encadeando-se, invocando-se e se propagando, encontrando em outra parte apoio e condição, esboçam finalmente dispositivos de conjunto. Assim, a manchete midiática, o enredo da novela, o depoimento daquela envolvida, a fala da juíza e da delegada de polícia, o discurso acadêmico, as conferências de profissionais do

sexo, a opinião da pesquisadora, todos esses discursos se encadeiam para constituir o fenômeno do tráfico, a maneira como o entendemos. Nessas disputas, há saberes mais prestigiados e outros nem tanto.

Sem deixar de reconhecer exclusões e violências que acontecem no curso dessas atividades, todas e todos nós podemos perceber que esse problema contemporâneo é um pouco mais complexo que a estorinha contada na novela para nos entreter. Talvez devêssemos pensar porque aquele tipo de estória faz tanto sucesso e nos toca tanto. Vilania, vitimização, heroísmo. Uma não existe sem a outra. Parece que há espaço para fazer o santo cair do cavalo.